

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO  
PARANÁ – UENP**

**Pregão Eletrônico nº. 90049/2025**

**GMS nº. 1646/2025**

Processo nº. 24.325.028-5

**CPAPS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS  
LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.851.899/0003-71, por intermédio de sua representante infra-assinada, **Suzan de Oliveira Kindlmanm**, inscrita no CPF sob o nº. 371.109.208-01, vem, com fulcro no artigo 165 e seguintes, da Lei nº. 14.133/2021, apresentar

**RECURSO**

em face da Decisão que aceitou e habilitou a empresa **HAND LIFE SUPRIMENTOS MÉDICOS E FISIOTERÁPICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.590.026/0001-42, já qualificada nos autos do processo, em epígrafe, para fornecimento do item nº. 35, do lote nº. 08, pelos fundamentos de fato e de direito que a seguir serão expostos.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE**

A presente manifestação é tempestiva, tendo em vista que foi registrada a intenção de recurso dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado do julgamento (art. 165, §1º, da Lei 14.133/2021).

Conforme consta na própria plataforma *online* do certame, a data limite para a interposição do recurso é o dia 18/11/2025.

## **II. DA SÍNTESE DOS FATOS E DA DECISÃO RECORRIDA**

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2025, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a aquisição de equipamentos cardiovasculares e correlatos, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, incluindo itens destinados à assistência respiratória e fisioterapia, como o Equipamento de Assistência à Tosse (*Cough Assist*) previsto no Item 35 (Lote 08).

No curso do certame, após a fase de lances e da análise documental preliminar, a empresa HAND LIFE SUPRIMENTOS MÉDICOS E FISIOTERÁPICOS LTDA. (CNPJ 07.590.026/0001-42) foi classificada como vencedora para o Item 35 (Lote 08), apesar de ter apresentado documentação de habilitação incompleta/desatualizada e proposta técnica com divergências materiais em relação às especificações obrigatórias do edital e do Termo de Referência.

O edital, em seus Anexos e no item de habilitação, estabelece requisitos mínimos obrigatórios, tanto documentais quanto técnicos, com caráter vinculante, voltados a garantir a regularidade jurídica das licitantes e a plena adequação, qualidade, segurança, durabilidade e rastreabilidade do equipamento a ser adquirido com recursos públicos.

Contudo, a proposta vencedora não atendeu a vários desses requisitos, o que motivou a interposição do presente recurso administrativo com vistas à inabilitação da empresa vencedora para o item 35 (lote 08), por descumprimento das exigências editalícias de habilitação e técnica; e, sucessivamente, (b) seja promovida a verificação/avaliação da proposta subsequente conforme art. do edital (adjudicação ao remanescente que atender os requisitos), ou determinada diligência/saneamento quando cabível, nos estritos limites do edital; alternativamente, revogação/declaração de nulidade do ato de habilitação se for o caso.

## **III. DOS VÍCIOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – EMPRESA COM SUSPENSÃO TEMPORÁRIA NO CEIS**

A empresa declarada vencedora apresentou certidão simplificada vencida, contrariando o item 16.1, alínea “a”, que exige emissão com prazo inferior a 6 (seis) meses, contendo representantes legais e ramo de atividade atualizados.

## **16 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**16.1** Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;

Além disso, o CNPJ apresentado é de 2023, evidenciando defasagem documental, especialmente porque a própria empresa sofreu reenquadramento de porte em 2024, fato que, obrigatoriamente, deveria constar tanto da certidão simplificada quanto da alteração contratual, a qual não foi apresentada: foi juntado Contrato Social de 2022, sem atualização representativa do reenquadramento.

Também não foram apresentados dois documentos obrigatórios exigidos pelo edital: a "Declaração Conjunta", obrigatória pelo item 16.1, alínea "i", do edital, e disponível no anexo nº. 03; e a Declaração de ME/EPP, disponível no anexo nº. 04.

- i) **Declaração Conjunta** (Declaração de Conhecimento do Edital, de Inexistência de Fato Impeditivo, de Não Utilização de Mão de Obra de Menores, de Atendimento À Política Ambiental de Licitação Sustentável, de Reserva de Cargos, de Responsabilidades);

Ambos são documentos essenciais e previstos como obrigatórios para a habilitação, não sendo possível suprir sua ausência após a fase própria.

**Conforme consulta pública, a empresa encontra-se suspensa no CEIS, situação que constitui impedimento legal absoluto, segundo o item 10.3.1 do próprio edital, o qual determina a vedação de participação e contratação de empresas penalizadas.**

**10.3.1** Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

---

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Constam Registros**  
Suspensão (29/12/2025) - **COMANDO DO EXERCITO**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

**Em simples consulta ao Portal da Transparência se nota que a empresa recorrida se encontra com suspensão temporária vigente, inclusive corroborada pela antiga Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93, art. 87, III):**

## Sanção Aplicada

[Painel Gráfico](#)

Data da consulta: 17/11/2025 20:50:34

Data da última atualização: 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2025 (Diário Oficial da União - CEAF Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

### EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

#### Cadastro da Receita

HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS LTDA - 07.590.023/0001-42

[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

#### Nome informado pelo Órgão sancionador

HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E  
FISIOTERAPICOS LTDA

#### Nome Fantasia

HAND LIFE

### DETALHAMENTO DA SANÇÃO

#### Cadastro

CEIS

#### Categoria da sanção

SUSPENSÃO

### DETALHAMENTO DA SANÇÃO

#### Cadastro

CEIS

#### Categoria da sanção

SUSPENSÃO

#### Data de início da sanção

29/12/2023

#### Data de fim da sanção

29/12/2025

#### Data de publicação da sanção

..

#### Publicação

SEM INFORMAÇÃO

#### Detalhamento do meio de publicação

#### Data do trânsito em julgado

..

#### Número do processo

00000000001042023

#### Número do contrato

2023NE000806

#### Abrangência da sanção

NO ÓRGÃO SANCIONADOR

#### Observações

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - LEI Nº 8666/93, ART. 87, INC. III

#### Origem da Informação

MINISTÉRIO DA FAZENDA

#### Data da Origem da Informação

05/07/2024

.. Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

### ÓRGÃO SANCIONADOR

#### Nome

COMANDO DO EXERCITO

#### Complemento do órgão sancionador

#### UF do órgão sancionador

RR

#### Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES. III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Na forma do dispositivo supracitado, a recorrida já possui o histórico de INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO com a Administração.

A habilitação da Hand Life, portanto, viola a lei, o edital e os princípios constitucionais regentes da atividade administrativa.

## IV.DA DESCONFORMIDADE TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO

Além das irregularidades de habilitação, o equipamento ofertado não atende às especificações obrigatórias constantes do Anexo 01 (Item 35).

O edital exige, de forma expressa, que o aparelho possua três modos distintos: 1) Assistente de Tosse; 2) Acelerador de Fluxo Expiratório; e 3) Pressão Constante:

		Nome	
35	1	<b>Cough Assist ( Máquina da tosse)</b> Dispositivo para limpeza não invasiva das secreções das vias aéreas em pacientes adultos e pediátricos. <u>Características:</u> - Três modos diferentes que podem ser utilizados alternadamente: Assistente de tosse, Acelerador de Fluxo Expiratório e Pressão constante; - Monitorização: cartão SD que registra os dados da terapia. O pico de fluxo da tosse e o volume corrente são exibidos após cada ciclo respiratório.	6515 60547

O manual técnico juntado pela Hand Life, contudo, apenas apresenta o modo de assistência à tosse (insuflação–exsuflação) com modos manual e automático, além de recursos como oscilação e empilhamento de ar.

Não há referência nominal ou funcional clara a um modo específico de “Acelerador de Fluxo Expiratório”, tampouco ao modo de “Pressão Constante” como modo de terapia dedicado, em descompasso com a exigência editalícia.

Quanto à monitorização e registro de dados da terapia, o edital determina expressamente, vide print acima, que o equipamento deve possuir cartão SD "que registre os dados da terapia", incluindo "pico de fluxo da tosse e volume corrente" exibidos após cada ciclo.

O manual apresentado pela recorrida demonstra apenas exibição em tela desses dados, mas informa que o cartão SD registra eventos de segurança, e não os dados completos da terapia, o que representa cumprimento parcial e insuficiente da exigência.



### ① Compartimento do cartão SD

Conector para inserção de cartão SD, para gravação de cópia de eventos de segurança do equipamento.

(p. 17 do “Manual do Usuário – ONYX Easy Cough Prime)

Também há relevante divergência no conteúdo do kit obrigatório.

O edital determina que sejam fornecidas máscaras T02 e T05, catéter extensível, bolsa de transporte, bocal para exercício, traqueia de 1,8 m e demais componentes. O

manual e a ficha fornecida pela Hand Life incluem apenas: aparelho, circuito, máscara #04, filtro de entrada, cabo, cartão SD e manual.

#### 4.6 Composição do kit

Os itens relacionados na Tabela 3 compõem e acompanham o produto Onyx Easy Cough Prime 100 ou Onyx Easy Cough Prime 200.

Tabela 3 - Composição do Kit

Componente	Qntd.	Código
Equipamento Onyx Easy Cough Prime 100	01	Onyx-P100
Equipamento Onyx Easy Cough Prime 200	01	Onyx-P200
Circuito para Onyx Easy Cough Prime	01	CIR-OnyxP
Máscara de borda inflável #04	01	MB04-OnyxP
Filtro de ar	01	FL-OnyxP
Cabo de alimentação	01	CA-OnyxP
Cartão SD	01	SD-OnyxP
Manual do usuário	01	MU-OnyxP

#### 4.7 Acessórios opcionais

Os itens relacionados na Tabela 4 são acessórios opcionais para uso com o produto.

Tabela 4 - Lista de acessórios opcionais e referências

Componente	Código
Pedal	PD-OnyxP
Máscara de borda inflável #02	MB02-OnyxP
Máscara de borda inflável #03	MB03-OnyxP
Máscara de borda inflável #05	MB05-OnyxP

Os demais itens obrigatórios não constam no kit, ou aparecem apenas como opcionais, o que impede o atendimento integral do edital.

Em conclusão: o que o edital define como OBRIGATÓRIO, no manual do produto são apenas itens OPCIONAIS – o que gera total insegurança à Administração, incluindo possível dano ao erário, eis que prejuízo aos usuários.

Outras divergências técnicas igualmente relevantes incluem:

- ausência dos valores de fluxo típicos exigidos (3,3 L/s mínimo na inspiração e 10 L/s na expiração), não publicados pelo fabricante;
- ausência de indicação do tipo de soprador (centrífugo de dois estágios, motor universal CA/CC), exigido pelo edital;



c) ausência de número de registro ANVISA no manual apresentado; e

d) divergência entre o tipo de mídia exigida (Micro SD) e a especificada (SD) no material fornecido.

Todas essas falhas técnicas, por si só, impedem a aceitação da proposta, pois a Lei nº 14.133/2021 exige atendimento pleno às especificações mínimas e o edital veda o aceite de produtos que não atendam ao Termo de Referência.

A manutenção da proposta vencedora, mesmo diante de tais desconformidades, viola diretamente os arts. 5º, 17, 42, 46 e 67 da Lei 14.133/2021, bem como o princípio do julgamento objetivo.

## V. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O art. 5º, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as licitações devem observar, obrigatoriamente, os princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo.

Por sua vez, o art. 59, inciso II, dispõe que deverão ser desclassificadas as propostas que não atendam às especificações técnicas do edital. Cabe dizer, ainda, que o parágrafo segundo do mesmo artigo, dispõe que “a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo”.

**Esses comandos são reforçados pelos itens 11.6, 13.2 e 14.2 do edital, que preveem expressamente a desclassificação das propostas que não obedeçam às especificações técnicas ou apresentem desconformidades insanáveis.**

**14.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

A observância desses dispositivos garante que a Administração se vincule estritamente às regras que ela própria estabeleceu, preservando a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, e não apenas a de menor preço.

Ao admitir proposta tecnicamente irregular, viola-se o princípio da vinculação ao

instrumento convocatório, abrindo espaço para subjetividade no julgamento e para desequilíbrio competitivo, **com potencial dano ao erário.**

Diante disso, a declaração de habilitação da empresa Recorrida feriu veementemente o disposto no art. 5º, da Lei 14.133/2021, além de diversos precedentes do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça que rechaçam tal conduta, como se vê nos arestos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.** APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (TCU, Acórdão 4091/2012, Segunda Câmara, rel. Min. AROLDO CEDRAZ, julgado em 12/06/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO E REMOÇÃO NO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL. AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. LITISCONSORTE PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. **A jurisprudência deste STJ é rigorosamente torrencial e uniforme quanto à obrigatoriedade de seguir-se fielmente as disposições editalícias como garantia do princípio da igualdade, e sem que isso signifique qualquer submissão a exigências de ordem meramente positivistas** [...] 4. Agravo Regimental de MARCELO SACCOL COMASSETTO a que se nega provimento. (AgRg no RMS 31.211/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 25/09/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital;** esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no

edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento

apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. **Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.** 4. Recurso especial não provido.

(REsp 1178657/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010)

O princípio em comento, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos primados licitatórios, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível e nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Celso Antônio Bandeira de Mello, há muito, ensina que “o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame”, e que “o princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou PROPÓSITOS PESSOAIS dos membros da comissão julgadora.”

Complementa o Prof. Marçal Justen Filho que:

Se na oportunidade da edição do ato convocatório, a Administração reputou relevante certa exigência, não pode voltar atrás posteriormente. Não se admite que, na ocasião do julgamento, seja alterada a natureza da exigência (e, portanto, do vício). Não se pode ignorar uma exigência que fora veiculada como referida ao interesse público. Assim, se o ato convocatório exige planilhas, informações complexas, demonstrativos etc., sua ausência é causa de desclassificação. Se o ato convocatório impôs determinado requisito formal, há que reputar-se relevante e fundamentada a exigência – mormente se inexistiu tempestiva impugnação pelos licitantes. Era do conhecimento de todos que a exigência deveria ser cumprida. quem não o fez, deverá arcar com as consequências da sua omissão.

Portanto, admitir proposta que afronta exigências tão essenciais equivaleria a flexibilizar indevidamente o edital, com prejuízo à segurança jurídica, à isonomia e ao interesse público primário, ferindo a própria finalidade da licitação, que é assegurar a contratação do produto tecnicamente adequado e economicamente vantajoso.

Diante da manifesta violação à Constituição, à Lei nº 14.133/2021, ao edital e ao Termo de Referência, impõe-se a anulação do ato que habilitou e classificou a empresa Hand Life como vencedora, com sua consequente inabilitação, conforme os dispositivos

supracitados da Lei nº 14.133/2021, que autorizam e determinam a anulação de atos ilegais.

A condução correta do certame exige, em sequência, a convocação da proposta subsequente, observando-se a ordem classificatória, para verificar se a próxima licitante atende plenamente às exigências editalícias, garantindo-se a lisura, a legalidade e o melhor resultado para a Administração Pública.


## VI. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, se requer a Vossa Senhoria:

- a) O conhecimento e provimento deste recurso;
- b) A **inabilitação da empresa HAND LIFE SUPRIMENTOS MÉDICOS E FISIOTERÁPICOS LTDA. para o Item 35 (Lote 08)** do Pregão Eletrônico nº 49/2025, **tanto em razão pela suspensão temporária aplicada pela sanção cadastrada no CEIS, quanto em razão das demais irregularidades formais e técnicas para a habilitação;**
- c) A anulação do ato que declarou a recorrida vencedora, por violação ao edital, ao Termo de Referência e à Lei nº 14.133/2021;
- d) A **convocação da licitante subsequente, ora Recorrente, para análise e julgamento,** na forma da lei.

Termos em que se pede e espera o deferimento.

Vila Velha/ES, 18 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 SUZAN DE OLIVEIRA KINDLMANN  
Data: 18/11/2025 21:40:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CPAPS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS  
LTDA.**

**CNPJ nº. 10.851.899/0003-71**



# Sanção Aplicada

## Painel Gráfico

**Data da consulta:** 17/11/2025 20:53:55

**Data da última atualização:** 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

### EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

#### Cadastro da Receita

HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E  
FISIOTERAPICOS LTDA - 07.590.023/0001-42  
[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

#### Nome informado pelo Órgão sancionador

HAND LIFE  
SUPRIMENTOS  
MEDICOS E  
FISIOTERAPICOS  
LTDA

#### Nome Fantasia

HAND LIFE

### DETALHAMENTO DA SANÇÃO

#### Cadastro

CEIS

#### Categoria da sanção

SUSPENSÃO

#### Data de início da sanção

29/12/2023

#### Data de fim da sanção

29/12/2025

#### Data de publicação da sanção

\*\*

#### Publicação

SEM INFORMAÇÃO

#### Detalhamento do meio de publicação

#### Data do trânsito em julgado

\*\*

#### Número do processo

00000000001042023

#### Número do contrato

2023NE000806

#### Abrangência da sanção

NO ÓRGÃO  
SANCIONADOR

#### Observações

SUSPENSÃO  
TEMPORÁRIA - LEI Nº  
8666/93, ART. 87, INC.  
III

#### Origem da Informação

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

#### Data da Origem da Informação

05/07/2024

\*\* Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

## ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
COMANDO DO EXERCITO		RR

---

### Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

---

### ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.